



## POLÍTICA DE PRIVACIDADE



### 1. Conceitos básicos: quais informações eu preciso saber?

Para facilitar sua leitura, apresentamos alguns conceitos importantes previstos na própria Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a “LGPD”:

- ✓ **dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- ✓ **dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- ✓ **dado anonimizado:** dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- ✓ **titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- ✓ **controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- ✓ **operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

- ✓ **encarregado:** pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- ✓ **agentes de tratamento:** o controlador e o operador;
- ✓ **tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- ✓ **anonimização:** utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;
- ✓ **consentimento:** manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
- ✓ **transferência internacional de dados:** transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro; e
- ✓ **uso compartilhado de dados:** comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.



## 2. Vamos falar sobre os dados pessoais que coletamos!

Os tipos de Dados Pessoais e a forma como nós coletamos depende de como você se relaciona com a gente. Por exemplo, você pode interagir conosco diretamente, por meio de telefone, mensagens e e-mails ou por meio do site e/ou aplicativo.

Os Dados Pessoais podem ser coletados diretamente de você, por meio de formulários que você preenche, por meio de contratos firmados, utilização e interação com nossos produtos e serviços, e/ou de forma automática por meio de cookies ou tecnologias similares.

### Durante quais situações podemos coletar os seus Dados?

Quando você preenche um formulário, físico ou digital.

Quando você entra em contato conosco, por telefone, chat, e-mail ou presencialmente.

Quando você utiliza o nosso site e/ou aplicativo, por meio de cookies.

### Quais tipos de Dados são coletados?

Nome, CPF, RG, endereço, e-mail, data de nascimento, telefone, gênero, foto, perfil de mídia social, descrição ou preferências pessoais.

### E por que utilizamos esses Dados?

- ✓ para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador);

- ✓ para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- ✓ quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados
- ✓ para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- ✓ para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- ✓ para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente;
- ✓ mediante expresso, livre e inequívoco consentimento do titular, nas hipóteses alheios ao pleno exercício de obrigação ou função legais;
- ✓ quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

As atividades notariais e de registro consistem em serviços de organização técnica e administrativa destinados a garantir publicidade, autenticidade, segurança e eficácia a atos jurídicos (Art. 1º da **Lei nº 8.935/1994 c/c Lei 9492/1997**). Nesse contexto, a hipótese legal que fundamenta o tratamento de dados pessoais pelos cartórios para cumprimento da finalidade mencionada é o cumprimento de obrigação legal (Art. 7º, II e Art. 23, caput e §4º, da Lei 13.709/2018).

Outras eventuais operações de tratamento de dados pessoais poderão ser fundamentadas em uma ou mais hipóteses dentre as elencadas acima e a finalidade de sua realização será explicitada de forma clara ao titular.

No tocante ao tratamento realizado com base no legítimo interesse, este poderá se dar sem o consentimento do titular para atendimento de finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a: apoio e promoção de atividades do controlador e proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais.

Dentre os interesses legítimos desta serventia no tratamento de dados pessoais, encontram-se os de:

- Possibilitar o contato com o usuário a respeito do andamento dos serviços que estão sendo prestados;
- Detectar e impedir a utilização dos nossos serviços para propósitos fraudulentos ou que visem alterar as funcionalidades dos nossos serviços ou a prática de abusos e atos ilegais contra o usuário;
- Prestar, fornecer, manter, desenvolver, aprimorar, divulgar e ampliar a utilização dos nossos serviços;
- Personalizar a experiência e utilização dos nossos serviços pelo usuário, inclusive para o fornecimento de informações relativas à prestação destes serviços;
- Gerar análises e relatórios estatísticos sobre o funcionamento e operação dos nossos serviços;
- Disponibilizar e melhorar mecanismos de segurança e monitoramento dos nossos serviços.

Os dados pessoais recebidos pelo **1º Ofício de Protesto de Títulos do DF** dos usuários do serviço extrajudicial são tratados e utilizados exclusivamente para o fim específico de permitir a confecção dos atos e procedimentos inerentes ao serviço de Protesto de Títulos.

Em regra, os dados utilizados para a prática dos atos notariais são decorrentes de exigências normativas. Por esse motivo, de acordo com o **artigo 12 do Provimento 49/PGC-TJDFT**, *“O tratamento de dados decorrente da prática de ato notarial e registral, em cumprimento de obrigação legal ou normativa, independe de autorização específica da pessoa natural que deles for titular, em razão das bases legais constantes no art. 7º, incisos II, V e VI da LGPD”*.

De acordo com o **art. 5º, § 1º**, mencionado provimento, *“consideram-se inerentes ao exercício da atividade os atos*

*praticados nos livros mantidos por força de previsão na legislação específica, incluídos:*

*I – atos de inscrição, transcrição, registro, averbação, anotação, escrituração de livros de notas, reconhecimento de firmas, autenticação de documentos;*

*II – comunicações para unidades distintas, visando realizar anotações nos livros e atos nelas mantidos;*

*III – atos praticados para a escrituração de livros previstos em normas administrativas;*

*IV – informações e certidões;*

*V – atos de comunicação e informação para órgãos públicos e para centrais de serviços eletrônicos compartilhados que decorrerem de previsão legal ou normativa”.*

Os requisitos e dados que devem constar nos atos notariais são definidos em lei e em outros atos normativos (provimentos do CNJ e do TJDFT), cumprindo ao **CARTÓRIO** observar as exigências normativas. A título de exemplo, citamos algumas delas, quais sejam:

- A Lei nº 8.935/1994, que dispõe sobre serviços notariais e de registro;
- A Lei nº 6.015/1973, que dispõe sobre os registros públicos;
- Consolidações Normativas (Códigos de Normas) das Corregedorias Gerais de Justiça dos Estados e Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça do Distrito Federal;
- Resoluções e Provimentos do Conselho Nacional de Justiça, especialmente:
  - a) O Provimento nº 88/2019 do CNJ, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos Notários e Registradores para prevenção de crimes de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo;
  - c) Provimento nº 61/2017 do CNJ, que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional.

As principais categorias de dados pessoais coletados e tratados por este **CARTÓRIO** são os seguintes:

- ✓ Dados do acervo dos serviços de protesto: São as informações fornecidas pelo usuário à serventia extrajudicial a fim de que seja realizada a prestação dos serviços de protesto, bem como as informações que já integram o acervo do Tabelionato (art. 7º, §4º, LGPD c/c art. 3º da Lei nº 9.492/1997 e Lei nº 8.935/94 e legislação de regência, atos editados pelo Conselho Nacional de Justiça e Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça do TJDFT), tais como nome, endereço, documento de identificação, requerimentos, instrumentos particulares, referência a documentos arquivados na serventia, dentre outros. **A base legal para o tratamento de tais dados é o cumprimento de obrigação legal.**
- ✓ Dados de identificação e comunicação (solicitante, interessado na prestação do serviço, titular de dados pessoais): Nome completo, endereço, e-mail, telefone, documento de identificação. A base legal para o tratamento de tais dados depende do tipo de atividade de tratamento pretendida (privacidade contextual), podendo ser **cumprimento de obrigação legal, legítimo interesse, execução de contrato, etc.**
- ✓ Dados financeiros e de pagamento: São as informações pessoais necessárias para que possamos realizar o serviço prestado, incluindo CPF, endereço, informações bancárias (e.g. número da agência e da conta corrente), número do cartão de crédito, dentre outros. Os dados financeiros e de pagamento são tratados para o fornecimento de produtos e/ou serviços, manutenção de arquivos, cumprimento de obrigações legais e normativas (como, por exemplo, art. 19, § 2º, da Lei 9.492/97, Provimento 72 do CNJ e Provimento da Corregedoria-Geral do TJDFT). A base legal para o tratamento de tais dados é o **cumprimento de obrigação legal.**
- ✓ Dados de funcionários: Nome completo, inclusive o nome social; data de nascimento; número e imagem da Carteira de Identidade (RG); número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); número e imagem da Carteira Nacional de Habilitação

(CNH); fotografia 3x4; estado civil; idade; nível de instrução ou de escolaridade; endereço completo; número de telefone e endereço de correio eletrônico (e-mail); filiação a sindicato; nome de usuário e senha específicos para uso dos serviços da Entidade Empregadora; comunicação mantida entre colaborador e serventia; atestados médicos, dentre outros. A base legal para o tratamento de tais dados é a **execução de contrato**.

Os dados pessoais e negociais constantes dos atos notariais protocolares são abrangidos pela publicidade. Assim, são acessíveis e podem ser fornecidos a qualquer pessoa, mediante a solicitação de certidão dos atos notariais protocolares.

Todos os demais dados pessoais e outras informações apresentadas por ocasião do atendimento no cartório, mas que não constam do ato notarial protocolar e, portanto, dos livros, não são abrangidos pelo princípio da publicidade, e não serão fornecidos a terceiros, com a exceção de Autoridades Públicas, mediante requisição para instrução de processos judiciais ou administrativos, e de compartilhamento com outras autoridades e centrais, por exigência normativa.

Assim, cópias de documentos arquivados são fornecidas apenas aos próprios interessados que participaram do ato notarial, não podendo ser fornecidas a terceiros. A esses, apenas as informações constantes dos livros são acessíveis, mediante o fornecimento de certidão.



### 3. Com quem compartilhamos seus dados?

Para que possamos realizar as nossas atividades e desenvolver os nossos negócios, operamos com empresas parceiras e com alguns fornecedores. Às vezes o compartilhamento de seus dados pessoais é necessário para que um tipo de serviço seja feito. Sempre que possível, compartilhamos seus dados de maneira anonimizada. Aqui descrevemos situações que vamos compartilhar os seus dados:





### Fornecedores e Parceiros

Contamos com a ajuda de fornecedores que podem tratar dados pessoais que coletamos. Sempre buscamos avaliar cuidadosamente nossos fornecedores e firmar com eles obrigações contratuais de segurança da informação e proteção de Dados Pessoais, com o objetivo de minimizar riscos para o Titular de Dados. Entre esses fornecedores, estão, por exemplo, as empresas que atuam nos seguintes ramos: (i) hospedagem de Dados e atividades; (ii) autenticação e validação de cadastros; e (iii) Dados e ferramentas de publicidade, marketing,



### Empresas de Tecnologia

Alguns dos nossos Fornecedores são empresas de Dados, com as quais podemos compartilhar dados pessoais para algumas finalidades importantes, como escolher o meio de contato mais efetivo com você para envio de comunicados importantes; entender como você utiliza nosso site, como forma de direcionar as informações que lhe enviamos; enriquecer, manter atualizado e higienizado seus dados de contato; validar um determinado perfil para evitar fraudes; prevenir quaisquer tipos de atividades ilegais, fraudulentas ou suspeitas.



## 4. Transferimos seus dados para outros países?

Sim. Embora nossa sede fique localizada no Brasil e os nossos negócios sejam destinados às pessoas localizadas no Brasil, aplicando-se, portanto, as leis brasileiras relacionadas à proteção de dados pessoais, seus dados pessoais podem ser transferidos, para atender as finalidades previstas nesta Política, pois alguns dos nossos fornecedores e parceiros podem estar localizados fora do Brasil.

Essas transferências envolvem apenas empresas que demonstrem estar em conformidade com as leis aplicáveis, e mantenham um nível de compliance semelhante ou até mesmo mais rigoroso do que o previsto na legislação brasileira aplicável.



## 5. Quais são os direitos do Titular de dados pessoais?

O art. 18 da LGPD garante que você tenha uma série de direitos relacionados aos seus dados pessoais, dentre eles:

- ✓ **Confirmação e Acesso dos seus dados;**
- ✓ **Correção de dados errados ou desatualizados;**
- ✓ **Anonimização, bloqueio ou eliminação dos seus dados;**
- ✓ **Informação sobre o compartilhamento de seus dados;**
- ✓ **Revogação do consentimento;** e
- ✓ **Oposição ao tratamento de seus dados.**

Sempre que você exercer seus direitos, nós poderemos solicitar algumas informações complementares para fins de comprovação da sua identidade, buscando impedir fraudes. Fazemos isso para garantir a segurança e a privacidade de nossos clientes. Ainda, algumas solicitações podem não ser respondidas de forma imediata, mas nos comprometemos a responder todas as requisições em um prazo razoável e sempre em conformidade com a legislação aplicável.



## 6. Por quanto tempo guardamos seus dados pessoais?

Contamos com uma Política de Segurança da Informação com regras sobre a retenção e o descarte de dados pessoais, que define as diretrizes para determinar o período de retenção adequado para cada tipo de dado pessoal coletado, considerando a sua natureza, necessidade de coleta e finalidade para a qual ele será tratado.

Dados pessoais são armazenados somente pelo tempo que for necessário para cumprir com as finalidades para as quais foram coletados, salvo se houver qualquer outra razão para sua manutenção como, por exemplo, cumprimento de quaisquer obrigações legais, regulatórias, contratuais, entre outras, desde que fundamentadas com uma base legal. Claro, sempre há o seu direito de solicitar a exclusão dos dados, conforme o item "Quais são os seus direitos do Titular de dados pessoais?".



## 7. Quais são nossas responsabilidades?

Nossa responsabilidade é cuidar dos seus dados pessoais e utilizá-los somente para as finalidades descritas nesta Política. E para garantir a sua privacidade e a proteção dos seus dados pessoais, adotamos práticas de segurança e governança adequadas para nosso mercado, incluindo o uso de técnicas de criptografia e outros sistemas de segurança da informação. Temos um programa de governança e privacidade, regras de boas práticas e de governança, políticas e procedimentos internos que estabelecem as condições de organização, regime de funcionamento, ações educativas, mecanismos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

Realizamos treinamento e ações educativas aos nossos colaboradores, bem como, buscamos avaliar cuidadosamente nossos fornecedores e parceiros e firmar com eles obrigações contratuais de segurança da informação e proteção de dados pessoais, com o objetivo de minimizar riscos para você, titular de dados.

Nós trabalhamos para proteger a sua privacidade e seus dados pessoais, mas infelizmente segurança total é algo que não depende apenas das nossas ações e processos.

Entrada ou uso não autorizado de terceiros em sua conta, falha de hardware ou software que não esteja sob o nosso controle e outros fatores podem comprometer a segurança dos seus dados pessoais.



## 8. Como falar sobre seus dados pessoais?

Se você acredita que seus dados pessoais foram usados de maneira incompatível com esta Política de Privacidade ou com as suas escolhas enquanto titular destes dados pessoais, ou, ainda, se você tiver dúvidas, comentários ou sugestões relacionadas a esta Política, entre em contato conosco, por meio do e-mail:

[encarregado@protestobrasilia.not.br](mailto:encarregado@protestobrasilia.not.br).

Encarregada responsável pela Proteção de Dados Pessoais: **Andreza Celestino de Souza**.

Controladora/tabeliã: Ionara Pacheco de L. Gaioso

Endereço: SCS Quadra 08 Bloco B60, salas 226/230, Ed. Venâncio 2000, Brasília/DF. CEP: 70.333-900.

Telefone: 61-32029210



## 9. Mudanças nesta Política!

Como estamos sempre buscando melhorar nossos negócios, esta Política de Privacidade pode passar por atualizações para refletir as melhorias realizadas. Desta forma, recomendamos a visita periódica desta página para que você tenha conhecimento sobre as modificações efetivadas.

Versões anteriores: \_\_.\_\_.\_\_\_\_